

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 24 de maio de 2019 às 08h36*  
*Seleção de Notícias*

## Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Arbitragem e Mediação

Justiças dos EUA e Brasil incentivam mediação .....	3
---	---

## Diário Indústria & Comércio online | PR

Propriedade Intelectual

S. FED - Aprovada a adesão ao Protocolo de Madri, que facilita o registro internacional de marcas .....	5
---	---

## Fator Brasil - Online | BR

ABPI

LES Brasil promove Café da Manhã com Inovação no Spaces Cinelândia .....	6
--	---

## Justiças dos EUA e Brasil incentivam mediação



Samantha Mendes Longo e Arnaldo de Paula Wald.  
 FOTOS: DIVULGAÇÃO

Com a globalização e o aumento da relação negocial de pessoas de culturas e países distintos, inéditos problemas interdisciplinares e multiculturais surgiram, revelando a necessidade de criação de um novo sistema de solução de conflitos, mais flexível, informal e, principalmente, que estimulasse uma resolução colaborativa entre as partes.

Foi nesse cenário que surgiram as ADRs (*Alternative* Dispute Resolution) nos EUA, um dos temas do excepcional seminário *Brazil* Legal Symposium, ocorrido em abril deste ano, na Harvard Law School.

Como destacado pelos professores americanos, vários fatores foram fundamentais para a consolidação desse sistema nas últimas décadas. Dentre eles, estão o incentivo e o apoio do Poder Judiciário. As Cortes Estaduais e Federais americanas, por exemplo, ofereceram mutirões de mediação e treinamento para que os advogados enxergassem que as ações judiciais não eram o único nem o melhor meio de resolução de conflitos.

Até hoje os mediadores americanos trabalham para abolir a falsa crença de que os honorários pagos aos advogados são diretamente proporcionais à litigiosidade da disputa. Advogados ainda têm resistência em adotar as ferramentas de resolução

colaborativa das disputas, pois acreditam que isso diminuiria o valor dos seus honorários. No entanto, a tendência é justamente oposta, como se vê da postura de grandes empresas americanas do setor tecnológico que cada vez mais se utilizam das ADRs em substituição às intermináveis ações judiciais.

Outro aspecto relevante para o sucesso da mediação é a confiança que o mediador tem que conquistar das partes. Sobre o tema, o mediador e Professor de Harvard, David Hoffman, apresentou o Projeto *Implicit* que visa conscientizar os operadores do Direito de que a parcialidade e o preconceito estão tão enraizados em diversas culturas, que o prejulgamento se manifesta sem que o ofensor note. Apenas após a conscientização da existência do preconceito é que um indivíduo consegue abstrair a sua parcialidade e tornar-se um mediador neutro, figura essencial ao fortalecimento da mediação.

No Brasil, as formas alternativas de solução de controvérsias ganharam força apenas nos últimos anos, especialmente após a entrada em vigor em 2015 da Lei de Mediação (Lei n.º 13.140) e do atual CPC (Lei n.º 13.105). Mas certamente as ADRs chegaram para ficar e, assim como ocorreu nos EUA, o Poder Judiciário brasileiro também tem sido um forte apoiador desse sistema mais flexível e colaborativo.

A começar pelo ministro Dias Toffoli, presidente do STF, que, em diversas oportunidades, declarou irrestrito apoio aos métodos alternativos, especialmente à conciliação e à mediação. Para o ministro, as ADRs são fundamentais para desafogar o Poder Judiciário, que conta com mais de 80 milhões de processos aguardando julgamento definitivo, e, ao final, reduzir a cultura brasileira da litigiosidade.

O Conselho Nacional de Justiça também tem incentivado, desde 2010, o uso da conciliação e da mediação pelos magistrados. Hoje são várias iniciativas do Poder Judiciário que podem ser destacadas: (i) a recente plataforma digital criada pelo Tribunal de

Continuação: Justiça dos EUA e Brasil incentivam mediação

Justiça do Rio de Janeiro para resolver problemas relacionados a planos de saúde privada; (ii) as mediações online ocorridas no curso da maior recuperação judicial da América Latina (do Grupo de telefonia Oi) cujos números impressionam, pois já são mais de 40 mil acordos celebrados de forma totalmente digital entre o grupo em recuperação e seus credores; e (iii) a plataforma criada em decorrência da mediação entre os poupadores e as instituições financeiras que pôs fim a milhares de ações que cuidavam dos expurgos inflacionários dos planos econômicos.

A plataforma desenvolvida pelo governo federal ([www.consumidor.gov.br](http://www.consumidor.gov.br)), que conta com o amplo apoio dos Tribunais de Justiça, assim como os números de acordos e empresas nela cadastradas, também mostram como o cenário tem crescido. Com índice de satisfação dos usuários de 80%, 400 mil ações deixaram de ser ajuizadas perante o Poder Ju-

diciário, somente em 2018.

A iniciativa privada, por sua vez, também tem contribuído para o fortalecimento do instituto, como se vê das várias plataformas que atraem cada vez mais consumidores insatisfeitos e empresas interessadas em resolver os conflitos fora do Poder Judiciário.

O crescimento e a consolidação da mediação, presencial ou online, no Brasil, são felizmente um caminho sem volta. Compartilhamos o desejo do Professor Thomas Stipanowich, da Faculdade de Direito de Pepperdine, de que, em breve, as chamadas *alternative* dispute resolution sejam conhecidas como *appropriate* dispute resolution. O cenário é promissor.

Samantha Mendes Longo e Arnaldo de Paula Wald\*

## S. FED - Aprovada a adesão ao Protocolo de Madri, que facilita o registro internacional de marcas

O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (22) dois acordos internacionais, que seguem agora para promulgação. Eles tratam do registro internacional de marcas e de cooperação em matéria tributária.

O PDL 98/2019 formaliza a adesão do Brasil ao Protocolo de Madrid, que busca desburocratizar o registro internacional de marcas. O acordo já tem 97 países signatários, que são responsáveis por mais de 80% do comércio mundial. A matéria era uma das pautas prioritárias na agenda da indústria brasileira para 2019, que o Senado se comprometeu a priorizar.

O Protocolo de Madrid habilita as empresas e pessoas físicas de um país-membro a solicitarem, através da Organização Mundial da **Propriedade Intelectual** (OMPI), ligada à ONU, o registro de uma marca já pedida ou registrada no seu país de origem. Esse processo garante a prioridade da marca e simplifica o registro em todas as nações que fazem parte do acordo.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entende que o Protocolo gera ganhos significativos em economia de tempo de espera e de custos financeiros e econômicos, devendo causar uma queda de 90% nos custos do registro de marcas para as empresas.

Já o PDL 48/2019 firma acordo para troca de in-

formações tributárias entre o Brasil e a Jamaica. O tratado foi assinado pelos dois países em 2014, e pretende reforçar o combate à fraude e à evasão fiscal por meio de instrumentos que aumentem a transparência das informações tributárias. O acordo permite, por exemplo, a entrada de autoridades competentes de um país no território do outro para realizar entrevistas e examinar registros sobre tributos.

A proposta também estabelece regras para o sigilo das informações prestadas, que somente poderão ser reveladas a autoridades competentes e usadas para fins tributários. Os custos ordinários, tais como em despesas administrativas e gerais ordinárias decorrentes do pedido de informações, serão arcados pelo país requerido. Já os extraordinários ficarão a cargo do requerente.

A Jamaica é uma monarquia parlamentarista, possui cerca de 3 milhões de habitantes e está localizada no Caribe. Sua economia está baseada na agricultura, no minério e no turismo. A ilha é considerada um paraíso fiscal por causa da facilidade para abertura de empresas, do sigilo bancário absoluto e de impostos baixos ou inexistentes.

Foto - Roque de Sá/Agência Senado

Agência Senado

## LES Brasil promove Café da Manhã com Inovação no Spaces Cinelândia

Hannah Vitória Macedo Fernandes, sócia da Daniel, participará na abertura do Café da Manhã com Inovação, promovido pela LAS Brasil, no dia 29 de maio de 2019, às 9 horas, no Spaces Cinelândia - Teatro Riachuelo, Rua do Passeio, 38, Centro, Rio de Janeiro. Com o "Software como modelo de negócio: os desafios jurídicos que comprometem o business" o evento terá como primeiro painel "Case Guiabolso: a trajetória da startup com 5 milhões de usuários", com

o Dra. Rafaella Di Palermo Perez, Head of Legal. O painel "Recomendações práticas: aspectos contratuais e tributários sobre o uso e comercialização de software, no Brasil e exterior" será ministrado pelo Dr. Romero Lobão Soares, Gerente de International Tax Services - EY. O evento tem o apoio da ABAPI, **ABPI**, ITS e Daniel Advogados. | Inscrições e informações adicionais em <https://lnkd.in/epvQQfd>

## Índice remissivo de assuntos

**Arbitragem** e Mediação  
3

**Propriedade** Intelectual  
5

**ABPI**  
6